

BOLETIM ADUNICAMP

<http://www.adunicamp.org.br> e-mail: adunica@uol.com.br tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 19 30/09/98

Candidatos da Unicamp expõem suas idéias em debate

A Adunicamp promoveu um debate com os candidatos docentes da Unicamp José Vitório Zago (PSTU) e Jurandir Fernandes (PSDB), candidatos a deputado estadual, e Aloízio Mercadante (PT) e Walter Barelli (PSDB), candidatos a deputado federal. Zago é docente do IMECC; Fernandes é da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação; Mercadante e Barelli fazem parte do corpo docente do Instituto de Economia. A seguir, transcrevemos os principais trechos de suas falas durante o debate realizado no auditório da Adunicamp, no último dia 16 de setembro.

JOSÉ VITÓRIO ZAGO - Hoje, na Rede Globo, o seu Renato Machado foi obrigado a dizer que nos últimos dois meses, 25 bilhões de dólares (é um Proer ou uma ajuda à Rússia), saíram do país em dois meses. Isso representa um terço do que o governo acumulou durante todo esse tempo do Plano Real. Essa saída de dinheiro, essa crise, esse vai e vem das bolsas, é só um epifenômeno, é só a exteriorização de uma crise muito mais profunda por que passa o sistema capitalista no mundo todo.

Há nove anos atrás, quando as revoluções antiburocráticas derrubaram os regimes stalinistas na URSS e no Leste europeu, falava-se que o socialismo tinha morrido, falava-se que era o fim da história, que o capitalismo tinha finalmente vencido. Passados nove anos, não só a Rússia está na crise que está, mas todo o sistema capitalista está nessa crise.

Essa é a desculpa que o FHC, do PSDB, (que na realidade está mais para PFL, mas é PSDB) a desculpa que ele dá para se safar das medidas necessárias para tirar o país da crise. Ele diz que a crise é internacional e portanto, está todo mundo igual. Nós do PSTU afirmamos o contrário. Apesar da crise ser internacional, o que confirma nossas análises da necessidade de uma revolução socialista em nível mundial, para salvar a humanidade da catástrofe e da barbárie, FHC sim é o responsável pela situação por que passa o país, porque ele deixou todas as portas abertas, e agora na crise ele abriu as janelas, escancarou o país, elevou os juros a 50% ao ano. É impossível aguentar juros de 50% ao ano. E os ideólogos da burguesia dizem que têm que cortar mais. Tem que cortar o déficit público. Ora, o

déficit público é ocasionado pela dívida. Então, não dá mais para cortar, a não ser que leve o país à inanição. Até o José Serra, que é o ministro da Saúde, está reclamando porque vai cortar na saúde, vai cortar na educação.

O povo brasileiro vai pagar, o desemprego vai aumentar, já está aumentando. Dados do Dieese mostram que metade dos jovens, eu acho que é até 30 anos considerado juventude, estão desempregados na cidade de São Paulo. Isso explica um pouco esse clima de barbárie por que passa as grandes cidades, a droga, a criminalidade, e a solução para isso companheiro, não é mais presídios. O seu Covas, que fechou milhares de salas de aula, que demitiu 40 mil professores, o eixo da campanha dele no começo foi inaugurar presídios, inaugurou 15 mil vagas em presídios, e se continuar desse jeito vai ter que inaugurar muito mais, porque cada escola fechada, cada sala de aula fechada, vai ter que abrir mais presídios.

Não pagamento da dívida externa

Qual é a saída para a crise? Evidentemente, votar no FHC não é a saída para a crise. O PSTU tem alternativa. É isso que a gente está querendo discutir nessa campanha eleitoral. Tem algumas coisas que datam de 1938, são consignas antigas do movimento operário. Por exemplo, uma das propostas que a gente faz para sair da crise é uma proposta de 1983 da CUT; o não pagamento da dívida externa. Nós achamos que não dá para dizer que nós temos um programa de saída da crise, um programa de criar sete milhões, 14 milhões de empregos, sem romper o vínculo com o imperialismo, sem

romper a subordinação com o FMI. Só o PSTU está levando a proposta de não pagamento da dívida externa. Os outros partidos abandonaram essa proposta. Até o Maluf está preocupado com emprego, só que não diz de onde vão tirar os recursos. Nós dizemos: vamos tirar os recursos de quem até agora se beneficiou da crise, a burguesia nacional e internacional, os grandes banqueiros. É desse pessoal que nós vamos tirar. Não dá para fazer omelete sem quebrar os ovos.

Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

O segundo ponto que também não é novidade nenhuma, mas muita gente está deixando de dizer, é a diminuição de horas de trabalho sem a diminuição de salários. A proposta do PSTU é baixar a carga de trabalho semanal para 36 horas. E dá. Na Alemanha é 35.

Reforma Agrária

A terceira proposta que nós estamos fazendo para tirar o país da crise, para criar emprego, é a

questão da reforma agrária, da expropriação do latifúndio, que é uma questão do poder também, porque quem manda nesse país é o novo latifúndio, é a empresa multinacional que tem latifúndio na Amazônia, tem latifúndio em vários

outros lugares. Propomos expropriação dos latifúndios sem indenização, porque nós estamos correndo o perigo no país de termos uma indústria da indenização. As terras estão desvalorizadas e tem muito latifundiário louquinho para o governo desapropriar suas terras para ele receber e negociar lá com o Incra, negociação às escondidas, com o preço da sua terra supervalorizado. Então, nossa proposta é reforma agrária sem indenização ao grande latifúndio.

Criação de empregos

Evidentemente, agregado a isso deve ter um programa de obras públicas para a criação de empregos, mas de obras úteis: é criar escolas, hospitais, expandir as universidades, dar mais dinheiro para essa universidade, para esta aqui, e para as outras universidades estaduais paulistas.

Autonomia universitária

É a luta constante desde a chamada conquista da autonomia universitária, que eu não sei se foi uma conquista muito grande porque é uma conquista que na verdade não garante os recursos para a universidade. E eu gostaria de lembrar que o seu Covas, do PSDB, e os deputados do PSDB na As-

sembléia, impediram o aumento das verbas para estas universidades, de 9,57% para 11,6%, que é uma reivindicação legítima de todos os trabalhadores, pela qual eu tenho lutado no movimento sindical como diretor do STU durante muito tempo. Então, temos que construir mais escolas, temos que expandir o ensino público. Nós do PSTU defendemos o ensino público e gratuito. E defendemos mais, que todas as verbas públicas só devem ser destinadas à escolas públicas, como toda a verba para a saúde só deve ser destinada aos hospitais públicos, porque é dinheiro do imposto de todo mundo.

JURANDIR FERNANDES - Eu preparei um eixo totalmente diferente do apresentado pelo meu colega, o Zago, e vou mantê-lo até para dar uma diversidade aqui, um espectro mais amplo ao debate.

A minha preocupação está sendo muito grande em relação à possível função que eu venha a cumprir, se assim for o desejo no dia 4 de outubro,

que a gente ocupe uma cadeira na Assembleia Legislativa. Eu sou professor da Unicamp há 26 anos, aqui participei desde aquela tomada da Assuc nos anos 72 e 73, participamos fortemente da consolidação da Adunicamp,

por volta de 77, da Andes em 79, enfim, temos aqui um currículo de participação muito grande em todos esses nossos órgãos de representação. Na medida em que o tempo foi passando, independente de qualquer afinidade com qualquer reitor que por aqui passou, felizmente consegui fazer minha carreira acadêmica com total independência e liberdade. Tenho hoje 50 anos de idade, sendo que 25 anos eu passei aqui dentro da universidade. Metade da minha vida foi aqui dentro. Que que eu quero dizer com tudo isso? É inevitável, é indissociável da minha vida política, se ela vier a acontecer, que eu tenha muito a ver com esta instituição e em particular com as instituições universitárias paulistas.

A atuação nas áreas de transporte, circulação e planejamento urbano

O meu espectro de atuação, obviamente, não vai se restringir a este terreno da educação, particularmente a questão das universidades paulistas. Em decorrência de dois momentos políticos, em que no início dos anos 80 também participei da consolidação, da formação do PT, assumi uma cadeira no secretariado petista que nós tivemos aqui em 88/89, na área de transportes. Em 93, voltei a ocupar



Foto: Leandro/Sidnei Pitoco

Da esquerda para a direita, Mercadante, Jurandir, Zan (presidente da Adunicamp), Zago e Barelli

esta cadeira a convite do prefeito aqui eleito. Também não tinha nenhum vínculo de amizade ou de relação com ele. A primeira fala que tive com ele foi por telefone, mas em função disso tudo, eu acabei me consolidando muito na área de transportes, na circulação, no planejamento urbano, enfim, em toda a temática urbana, que tanto agride a qualidade de vida do povo brasileiro. É algo também que eu quero participar muito, com muito afinco, que, obviamente, determinará muito meus trabalhos no estado de São Paulo.

Eu pretendo ter uma atuação bastante voltada para a região metropolitana toda de Campinas, naquilo que diz respeito à questão da urbanização. Bom, apesar disso tudo, é óbvio que você vai defender pontos de vista que extrapolam simplesmente o cotidiano, e você vai cair muito na discussão da economia, da política educacional, da política de saúde, enfim, tudo aquilo que o colega Zago já bem apon- tou em muitos momentos da sua fala.

Unicamp

A Unicamp passa por um momento específico em relação às universidades brasileiras. As universidades paulistas tem uma especificidade. Somos instituições que têm de arcar com todo o ônus dos nossos inativos. Isso é uma peculiaridade das universidades paulistas, que está agravando sobre- maneira nosso quadro orçamentário.

A questão da autonomia universitária foi muito mal formatada lá em 88/89 quando ela foi levantada, porque quem participou daquelas discussões, ou quem gestou aquela autonomia, esqueceu, entre aspas, de dados do seguinte tipo: nós tínhamos naquela ocasião comprometimento de 70% da folha de pagamento, 2% de inativos. Hoje, nós estamos caminhando para praticamente 96% de comprometimento da folha de pagamento, sendo que já estamos com 17% dela comprometida com os inativos. Como que nós vamos sair desse imbróglio? A Unicamp também, essa é uma especificidade das três universidades, arca com nossos inativos. Isso pouca gente vê lá fora e quando nos queimam dizendo que nós somos uma universidade perdulária, que tem que tirar recursos que aqui são mal empregados, e colocar em outros setores, esquecem de explicitar, de explicar bem o que nós estamos passando. Desde 94, por exemplo, foi também negado a nós, agora veio essa resposta, o caráter de instituição filantrópica e por isso desde 94 não se recolhe o INSS nesta universidade. Essa é uma especificidade da Unicamp. De 94 para cá, se você tiver que fazer esse pagamento, nós estaremos devendo 100 milhões de reais a mais e se isso for cortado de vez, nós temos que pagar praticamente dois milhões de reais a mais para o INSS daqui para a frente. Cerca de 30 milhões do Ipesp também deixou-se de recolher nesta universidade e até o fim do ano este valor deve estar na ordem de 40 milhões de reais.

Nós trouxemos cerca de 40 deputados para conversar com a reitoria, para conversar com a administração, para ver se nós tínhamos um certo

discernimento mais afinado dos deputados estaduais. Eu estou falando dos deputados estaduais que é onde eu pretendo atuar. E foi espantoso saber que grande parte desses deputados que nos visitou mal conhecia os detalhes dessas três universidades. Boa parte deles mal conhecia o campus universitário. Quando nós comentamos com eles que 33% do nosso orçamento a gente gasta com saúde (e não é pesquisa e ensino em saúde); que nós damos atendimento comunitário a um elenco de seis milhões de pessoas, pegando até o Sul de Minas, que isso está dentro do nosso orçamento, porque o nosso HC está dentro do nosso orçamento, vimos que eles desconheciam esse processo. Agora, quando acham que nós somos perdulários, que aqui vive-se o luxo, salários fantásticos, isso é fácil de acreditar. Isto está escrito na imprensa muitas vezes, mas a realidade nossa é muito diferente disso tudo. Apesar de todo esse empenho, todo esse esforço, nós não tivemos qualquer sucesso na votação da LDO para 99 e tudo continua para o ano que vem da mesma forma. Por manobras regimentais que ocorreram, não houve sequer votação em plenário, e isso demonstra que nós precisamos ter articulação.

WALTER BARELLI - Eu vou falar mais então das propostas que são do Jurandir e minhas, no campo mais geral do emprego. Nós temos hoje como grande preocupação essa questão do emprego. Alguns problemas brasileiros são resolvidos, encontram saídas, mas a questão mais geral da inclusão da população numa forma de renda traz grandes dificuldades de realização.

No período em que eu trabalhei no Ministério do Trabalho, mais recentemente como primeiro secretário do Emprego no Brasil, porque o governo Mário Covas criou a Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho, a gente teve a oportunidade de desenvolver, inclusive com a colaboração das universidades paulistas e do Instituto de Economia, via Cesit, várias análises sobre o comportamento do mercado de trabalho.

Política de auto-emprego

Hoje, as características importantes são: não basta simplesmente a retomada do crescimento da economia que não está na governabilidade de um governo estadual, embora ele possa concorrer grandemente na solução dos problemas nacionais, mas não basta só o crescimento da economia para que se tenha os empregos necessários. Há necessidade de se investir grandemente em propostas que venham a ser aquelas que efetivamente dêem solução e solução rápida ou solução possível no campo do emprego. Isto está sendo a proposta de vários candidatos à presidência da República. No estado de São Paulo já foram qualificados pela Secretaria do Emprego 580 mil desempregados e até o final do ano serão 700 mil. Há necessidade de investir em novas formas de ocupação e aí há outros programas sendo desenvolvidos que eu tive a felicidade de trazer para São Paulo, que são programas desenvolvidos pela FAO, programas de auto-emprego

que nós desenvolvemos aqui na região de Campinas, na cidade de Hortolândia. São programas com recursos orçamentários que trabalham com população de faixa de renda baixa. Organizamos 130 empresas populares com esses recursos orçamentários. Pouco, mas trata-se de criar uma nova forma de aproveitamento de pessoas que estão sem outra alternativa de inclusão no mercado de trabalho. No programa de geração de emprego e renda foram investidos dois milhões de reais e foram formadas cerca de 150 empresas, micro e pequenas, com esses recursos aqui em Campinas, onde foram treinados 17 mil trabalhadores até o ano passado.

Reforma tributária e previdência social

No Brasil, nós trabalhamos com um sistema que foi estabelecido, principalmente no tempo do Getúlio Vargas, que passou por transformações que sempre foram na retirada dos recursos ou direito dos trabalhadores: a unificação da Previdência, a questão do Fundo de Garantia versus estabilidade, foram transformações do nosso sistema trabalhista e de seguridade que se desfiguraram e também não deram novas condições para que essa legislação favorecesse a questão do emprego. Para favorecer a questão do emprego nós precisamos passar por transformações grandes no campo legislativo. Uma das questões que tenho estudado é a de que o salário mínimo precisa subir. Precisamos ser mais engenhosos em propostas que permitam recuperar a capacidade de se fazer política pública e possibilite também gerar mais emprego na sociedade. A minha proposta, uma delas, é dentro da reforma tributária, buscar uma nova forma que não precise nem de reforma constitucional para o financiamento da Previdência. À medida em que os encargos sociais recaiam sobre outro fator gerador, desonerando a produção, nós vamos ter aí uma possibilidade de contratação de novas pessoas no mercado de trabalho. À medida que você retira trabalhadores da informalidade, tem-se nova forma de recolhimento.

Desemprego de hoje é diferente daquele de 84

É pensando em saídas deste tipo que eu, depois de muito tempo na militância, passando por vários tipos de atividades, não só como professor, pleiteio hoje ser deputado federal. No Congresso Nacional, nós precisamos criar instituições que sejam aptas para que o Brasil passe a resolver um problema que os países todos estão enfrentando com redução de direitos dos próprios trabalhadores. Essa é a principal proposta. Logicamente ela precisa ser complementada por outras. O desemprego de hoje é diferente daquele de 84. Primeiro, por dificuldades outras que nós estamos acompanhando no dia a dia. A economia brasileira está sofrendo ataques externos. Da maneira como ela está sendo administrada em termos de política econômica, se o Brasil voltar a crescer e se crescer menos de 7%, que não é uma taxa visível no horizonte a curto prazo, nós continuaremos com taxas enormes de desemprego. Então é preciso buscar outras formulações. Eu vou ser deputado federal nos próximos quatro anos.

Nesses quatro anos, além de brigar por idéias, eu quero brigar por fórmulas que resolvam problemas que a população brasileira vai viver nos próximos quatro anos. Então, há necessidade da continuação da política da empregabilidade, esse grande esforço em termos de dar oportunidades aos que estão se desempregando, de se qualificarem e requalificarem. Nós precisamos de um outro tipo de política: uma política de empreendimento.

Empresas populares para promoverem a inclusão

A esquerda brasileira, porque acreditava que o socialismo estava perto, e porque acreditava que as estatais eram a saída, nunca pensou seriamente no problema de criação de vocação gerencial, de vocação empreendedora. Com isso, só lateralmente essa coisa foi desenvolvida, nunca no campo da esquerda. Se as comunidades não se organizam, veja o que está acontecendo nos assentamentos de reforma agrária. Se não há novas propostas de organização de empresas e empresas populares nessa transformação, nós não resolveremos o problema da inclusão das pessoas e emprego hoje não é mais nas grandes empresas. O exemplo que eu dava quando ministro era o da Rhodia de Campinas, que tinha criado uma baita planta industrial criando sete empregos. Isto se repete com a Honda, de Sumaré, com a Toyota que vai começar a funcionar em Indaiatuba e assim por diante. Então há necessidade de se pensar em outras formas de organização, inclusive empresarial.

Para terminar, há necessidade também no Congresso Nacional, de nós termos o Crédito Produtivo Popular funcionando. No estado de São Paulo, começa a operar a partir de terça-feira, o Banco do Povo que foi uma das coisas que nós deixamos elaboradas para que a pobreza possa ter a capacidade de ser empreendedora. Já falei do Projer, mas que é muito lento na sua burocracia. Agora, um deputado federal tem que vir aqui e apresentar o que é possível fazer nos próximos quatro anos. Tem que estar ao lado das boas causas e ter uma boa análise do que está acontecendo e através da atividade legislativa construir mecanismos que resgatem problemas que a economia brasileira está vivendo. O problema que eu pretendo enfrentar durante o mandato é o problema do emprego.

ALOÍZIO MERCADANTE - Acho que o tema central do Brasil neste momento é a crise. Em que país nós estamos vivendo? Estamos vivendo uma crise gravíssima. Todos os indicadores econômicos se deterioraram de forma brutal neste governo, exceto a inflação. Nós estamos com déficit de transações correntes da ordem de 32 a 33 bilhões de dólares. O país tem que rolar até o final do ano só nestes próximos dois meses, 60 bilhões de dólares. Os títulos estão vencendo e não estão sendo renegociados. O país foi rebaixado por algumas agências, empresas estão sendo rebaixadas, como

é o caso dos bancos brasileiros, e também empresas do tipo Globo, que já foram rebaixadas por empresas internacionais, e a dificuldade da rolagem da dívida é muito grande. Nós tivemos neste ano uma política econômica que levou a isso, que levou a essa vulnerabilidade, a essa dependência do capital especulativo financeiro internacional.

Estamos importando de tudo

Quando o governo Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda, o Brasil tinha um superávit comercial, ou seja, exportava mais do que importava, 13 bilhões e 400 milhões de dólares. Tivemos como política de estabilização um plano baseado em uma moeda artificialmente sobrevalorizada, que é o Real, uma abertura econômica radical para as importações e com isso, se destruiu o saldo comercial e gerou um déficit no ano passado de 8,5 bilhões de dólares. Isto quer dizer que o Brasil perdeu, com este governo, 23 milhões de dólares no comércio exterior. Isto quer dizer 23 milhões de dólares de empregos, de investimento, de salário que se jogou para fora e que se deixou de criar na agricultura e na indústria brasileira. Nós estamos importando de tudo: automóveis, auto peças, roupas, sapatos. Na agricultura o país está importando, neste ano, dois milhões de toneladas de arroz, um milhão e 600 mil toneladas de milho, 800 mil toneladas de leite. O produtor de leite está recebendo R\$ 0,20 centavos a quota do leite que não pagarem o berro da vaca. Se berrar ele tem prejuízo. Mas o Brasil está comprando, lá fora, 800 mil toneladas. Estão importando 14 mil toneladas de côco. O Brasil hoje é um grande importador internacional de côco. É uma coisa fantástica!! Conseguir importar côco! É o maior importador do mundo de algodão, e nós já fomos o maior produtor e exportador de algodão. Só no algodão o país perdeu 75% da área plantada e demitiu 250 mil trabalhadores. Estão importando cacau! Feijão! Como pode um país como este estar importando feijão que são 60 dias para plantar e colher; milho, que são quatro meses para colher; arroz, se nós já fomos exportadores de arroz, de milho...? Basicamente tínhamos uma agricultura auto-suficiente e só importávamos o trigo no passado. A nossa safra agrícola caiu de 81 milhões de toneladas para 77 milhões. A Argentina passou de 40 milhões de toneladas para 68 milhões nesses mesmos quatro anos. Eles aumentaram em mais de 60% a safra, estão produzindo praticamente o que o Brasil produz e a nossa safra caiu expulsando milhares de trabalhadores, pelo menos 450 mil trabalhadores do campo.

O Brasil é hoje totalmente dependente desse cassino financeiro internacional

Essa política de vulnerabilidade comercial, de dependência de capital especulativo, como nós estamos ouvindo, colocou o Brasil nessa posição de estar totalmente dependente desse cassino financeiro internacional. O país tem que tomar só de dinheiro novo este ano, para financiar o déficit de transações correntes, mais de 300 bilhões de dólares. Com

relação às privatizações, o governo já vendeu 76% das estatais do país. Vendeu todo o setor elétrico, o setor de mineração, o setor siderúrgico, o setor químico, o setor petroquímico, telecomunicações. O próximo governo vai vender o quê para financiar o déficit? Tem a Petrobrás e o Banco do Brasil, e podem ter certeza que eles vão vender e logo em seguida só a Praça dos Três Poderes, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto... Não tem mais patrimônio público para poder financiar este déficit. O que resta é a taxa de juros. Então eu quero que vocês reflitam sobre o que é discutir emprego num país em que a taxa de juros é de 53% ao ano. Sabe quanto é a taxa de juros no Japão? 0,25% ao ano. Sabe quanto é a taxa de juros americana? 6,5%. O sujeito toma 1 bilhão nos Estados Unidos e fica devendo 65 milhões de dólares no final do ano. Traz para o Brasil e para deixar parado comprando títulos públicos o governo está pagando 50% de juros, está disposto a pagar 50% não, desculpe, 49,75%. Então vai dar 500 milhões de dólares para o dinheiro ficar parado no país e ainda assim o dinheiro não vem. É esse o quadro que nós estamos vivendo. Saíram do país nos últimos 35 dias, 25 bilhões de reservas cambiais. São sete empresas do tamanho da Vale do Rio Doce que foram embora. Uma taxa de juros que era de 10% foi para 29% e agora está em 49,75%. Essa taxa de juros vai arrebentar os setores endividados - micro e pequenas empresas - vai aumentar a inadimplência. Eu fui à porta da Volks, da Ford, amanhã cedo estarei às 4h30 da manhã na porta da Mercedes, e convido quem quiser ir lá para ver como está a situação. Os trabalhadores estão tendo férias coletivas agora! Porque é grave ser agora? Porque agora é o período que vem o 13º e vem as compras do final de ano, é o momento de auge da produção industrial. Nunca há desemprego nesses meses; sempre cresce o nível de emprego. Você tem férias coletivas na Volks, você tem férias coletivas na Ford, tem férias coletivas na GM, teve 1.400 demissões na Fiat de Minas Gerais, teve férias coletivas também na Fiat, além das demissões e tem o setor de autopeças parando, porque? Porque com essa taxa de juros ninguém compra automóveis. Não há como. Reduzir o preço do financiamento, o custo financeiro é maior, já vinha num quadro de recessão, você está agravando a recessão. Mas não é só automóvel, o setor de eletro-eletrônicos, o setor de bens de consumo duráveis, os setores mais importantes da economia estão parando. Nós estamos entrando numa recessão profunda e duradoura, numa crise internacional que está longe de se resolver. A inadimplência do Japão é de 800 bilhões de dólares. A Rússia é um enigma. Se você projetar 30 cenários para Rússia os 30 têm possibilidade de ocorrer. É uma crise econômica, social, política, institucional. Nós estamos vivendo um quadro dramático. E nós vamos viver ainda durante um longo período um cenário de crise de redução de financiamento para países como o Brasil, com dificuldades para exportação dos produtos, porque a Ásia desvalorizou a moeda em torno de 40%, a Europa desvalorizou 13% no ano passado e nós con-

tinuamos pendurados na brocha, com uma taxa de câmbio absolutamente insustentável que você não consegue assegurar as exportações e as importações chegam cada vez mais agressivas no país. Ou a gente discute isso com seriedade ou a gente está brincando de fazer eleição nessa nação.

Precisamos defender nosso parque industrial e nossa agricultura

Você tem que tomar medidas de controle câmbio. Como por sinal vozes conservadoras como Business Week e o Financial Times elogiaram a Malásia e Taiwan durante a crise asiática que adotaram políticas desse tipo. Nós precisamos tomar medidas como a China que teve medidas de controle e por isso não teve ataque especulativo, nem a vulnerabilidade. Nós precisamos tomar medidas de controle do câmbio, defender as reservas enquanto elas existem. Segundo lugar: nós temos que conter as importações. O país tem que tomar medidas do ponto de vista do comércio exterior, de como utilizar salvaguardas contra produtos que estão chegando aqui com dumping, arrebentando a nossa indústria e a nossa agricultura, produtos que são de países que não tem reciprocidade. Os EUA sobretaxam o calçado brasileiro, o suco de laranja, o aço, a soja, e nós simplesmente reduzimos todas as barreiras alfandegárias. Nós perdemos 12 bilhões de dólares no comércio exterior para os americanos nestes quatro anos. Como é possível? Estão quebrando o parque industrial e a agricultura. Nós temos que conter as importações, inclusive com salvaguardas que existem e que o país não utilizou por falta de competência e por adesão a esse discurso neoliberal que está comprometendo a nossa história como nação.

Em segundo lugar, temos que aumentar as exportações a começar pela agricultura. O Brasil pode produzir muito mais, pode gerar divisas e economizar divisas. O turismo: como é que pode um país do tamanho do Brasil atrair menos turistas que o Uruguai, e metade dos turistas da Argentina? Como é que pode perder 4 bilhões e 300 milhões de dólares por ano com o turismo? Nós temos que atrair os turistas para gerar empregos, para gerar investimentos, para gerar renda, para gerar divisas nesse momento de vulnerabilidade.

Precisamos de uma política emergencial para reverter esse quadro externo. E vamos ter uma política de austeridade sim para as finanças públicas, porque nós não podemos continuar com esse déficit de 7,5% do PIB. Agora, tem que ter uma reforma tributária que racionalize, que simplifique os impostos, que desburocratize a economia. Quem tem que pagar o custo desse ajuste é quem tem renda e riqueza nesse país. E a coisa mais difícil em Brasília é votar uma reforma tributária que tenha progressividade. Por exemplo, o imposto sobre herança, o imposto territorial rural para penalizar o latifúndio e financiar assentamentos para a reforma agrária.

Por um modelo político mais solidário

Além de uma política de emergência, esse país precisa de uma política de transição desse modelo neoliberal para um modelo mais generoso, mais solidário. Eu concordo com o Barelli que a questão central é o emprego. Agora, nós vamos discutir emprego, se voltarmos a crescer. Ou vocês acham que adianta capacitar trabalhador com essa política econômica que está desmontando a indústria e a agricultura. Vai ser um desempregado um pouquinho mais capacitado. Nós temos 1,5 milhão de jovens que chegam todo ano ao mercado de trabalho. 2,7% é a taxa de crescimento da população economicamente ativa, a produtividade cresce 3,5% do PIB. Esse país precisa crescer 6,2% ao ano só para absorver os jovens que estão chegando ao mercado de trabalho. Tem que crescer, por isso tem que investir, tem que ter produção, é isso que gera oportunidade de trabalho. E precisa de política de emprego sim. Tem razão o Zago na questão da jornada de trabalho. Essa é uma bandeira fundamental nesse final de século para os trabalhadores. Trabalhar menos, para trabalharem todos e viver melhor.

O Brasil precisa liderar a América Latina numa política de defesa da região

Um país sozinho não resolve isso. Isso tem que ser feito de forma coordenada e de preferência dentro de uma política internacional. O Brasil deveria tentar liderar a América Latina, o Mercosul nesse momento, numa atitude de resistência a esse modelo, por uma política de defesa da região, da produção, e colocando uma nova agenda de cooperação e de políticas internacionais. Acho muito importante programas de fomento, de qualificação profissional, de geração de emprego e renda, mas é uma pena que esse governo não tenha feito nada disso. É fundamental aumentar o salário mínimo, mas esse governo deixou o salário mínimo ser de 130 reais. Esse projeto neoliberal é incompatível em conter a exclusão social. É essa a questão central da história do Brasil nesse momento.

Termino falando sobre a universidade: a universidade pública é o grande alvo do próximo capítulo de corte de gasto público. A visão neoliberal é que o direito é uma mercadoria, tem acesso quem pode pagar. Isso vale para a educação, isso vale para a saúde, vale para a previdência social. A pauta é a privatização da previdência. É ter uma previdência pública para os pobres e uma previdência privada complementar, que é onde vai estar realmente a capacidade de poupança, de fomento e de investimento do país. É isso que está na pauta para agora. Não é nem para o nosso mandato não. Eles querem aprovar isso assim que terminar as eleições com esse congresso de fim de feira, que boa parte não se reelege mas se vende. Esse momento é decisivo para o país nesse final de século. E espero que quem saiu da universidade cerre trincheiras em defender a universidade pública porque esse vai ser um alvo prioritário do projeto neoliberal, como foi em toda a América Latina. Quem viver, verá!

Prezado (a) colega,

Estamos publicando o relatório do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (*) - sobre a atuação dos atuais representantes do Estado de São Paulo no Congresso Nacional nas votações polêmicas que atentam diretamente os interesses dos trabalhadores. A leitura deste relatório poderá orientá-lo (a) na escolha dos seus candidatos a deputado federal e o senador nas eleições do dia 4 de outubro.

(*) enviado à Adunicamp pelo Andes-SN, em 28/09/98.

Câmara dos Deputados de São Paulo

Deputado	Partido	Reeleição	Contrato temporário	Reforma administrativa substitutiva 0 - 1º turno	Quebra da estabilidade de	Fim do RJU	Reforma previdenciária substitutiva 0 - 1º turno	Idade para aposentadoria do servidor	Redutor de 30%	Seguro acidente de trabalho	MP 1.595/97	MP 1.644-41/98	Emenda 18 - Regime constitucional dos militares 1º turno	Nota d DIAP
ADHEMAR DE BARROS FILHO	PPB	Ausente	Ausente	Não	Sim	Ausente	Não	Ausente	Não	Não	Ausente	Não	Sim	6
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Sim	Sim	0
ALDO REBELO	PC do B	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Missão Oficial	Não	Sim	Não	Não	Não	10
ALMINO AFFONSO	PSB	Não	Ausente	Sim	Não	Não	Não	Ausente	Ausente	Sim	Não	Não	Ausente	4
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	Sim	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0
ANTONIO KANDIR	PSDB	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Sim	Sim	Licenciado	Licenciado	Ausente	Licenciado	0
ARLINDO CHINAGLIA	PT	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Ausente	10
ARNALDO FARIA DE SA	PPB	Ausente	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	10
ARNALDO MADEIRA	PSDB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	0
ARY KARA	PPB	Sim	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Ausente	Sim	Ausente	Não	Ausente	3
AYRES DA CUNHA	PFL	Sim	Sim	Sim	Licenciado	Licenciado	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Ausente	Licenciado	0
CARLOS APOLINARIO	PMDB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	0
PMDB	PMDB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Ausente	Ausente	Sim	Ausente	Ausente	Sim	2
CELSO RUSSOMANNO	PPB	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	1
CORAUCI SOBRINHO	PFL	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	1
CUNHA BUENO	PPB	Ausente	Ausente	Missão oficial	Sim	Sim	Sim	Ausente	Não	Não	Ausente	Não	Ausente	3
CUNHA LIMA	PPB	Ausente	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Ausente	Sim	Sim	4
DE VELASCO	PRONA	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	2
DELFIN NETTO	PPB	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Ausente	Sim	1
DUILIO PISANESCHI	PTB	Abstenção	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Abstenção	Ausente	Sim	Sim	Sim	2
EDINHO ARAUJO	PMDB	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Sim	Sim	1
EDUARDO JORGE	PT	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	10
FABIO FELDMANN	PSDB	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Licenciado	Sim	Sim	Licenciado	Licenciado	Ausente	Licenciado	0
FAUSTO MARTELLO	PPB	Ausente	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Ausente	Ausente	Sim	Sim	Ausente	Sim	3
FERNANDO ZUPPO	PDT	Obstrução	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Ausente	Sim	Não	Ausente	Não	9
FRANCO MONTORO	PSDB	Sim	Ausente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente	Sim	Ausente	0
HELIO BICUDO	PT	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Ausente	Não	Não	10
HELIO ROSAS	PMDB	Sim	Sim	Sim	Não	Ausente	Não	Ausente	Ausente	Sim	Sim	Não	Sim	3
IVAN VALENTE	PT	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	10
JAIR MENEQUELLI	PT	Obstrução	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	10

▶ Deputados da região de Campinas

Obs.: Eduardo Coelho (suplente) PSDB votou com o governo

